

## **A HEGEMONIA DOS ASSOCIADOS DO INSTITUTO DE PESQUISAS E ESTUDOS SOCIAIS (IPES) NA DIREÇÃO DAS EMPRESAS ESTATAIS (1964-1967)**

ELAINE DE ALMEIDA BORTONE \*

### **Introdução**

A presente comunicação tem como objetivo apresentar os primeiros resultados da minha pesquisa de doutorado. Trata-se do levantamento das empresas estatais federais e dos seus dirigentes, especificamente provenientes do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), no período de 1964-1967, com a finalidade de mostrar a hegemonia de uma fração da burguesia no seio do Estado, determinando seu rumo e representando não só seus interesses econômicos e políticos, como de toda a burguesia.

Os conflitos determinantes para a fundação do IPES foram a renúncia do presidente Jânio Quadros e a subida ao poder do vice-presidente João Goulart, em 1961. Goulart não era bem visto por uma parte dos militares das Forças Armadas e pelos empresários desde 1953, quando foi ministro do Trabalho no segundo governo de Getúlio Dornelles Vargas (1951-1954) e defendeu o aumento de 100% para os trabalhadores que recebiam o salário mínimo (STARLING, 1986). Era acusado de agitador e comprometido com interesses populares e comunistas.

Neste contexto, unificaram-se os setores do capital internacional que entraram no Brasil, a partir dos anos 1950, como resultado das alterações no sistema capitalista mundial, e posteriormente favorecidos com a política desenvolvimentista do governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), e o capital nacional. Neste aspecto, o estudo segue a visão do cientista político René Dreifuss (2006) que aponta a existência de forças sociais, nacionais e internacionais, o grupo multinacional e associado, que fundou o IPES, um centro estratégico de ação política que tinha como finalidade desempenhar uma forte intervenção no Estado para obter o poder e consolidar uma nova ordem capitalista.

O Estado pré-1964 tornou-se um campo de disputa em cujo interior os detentores do capital lutaram pelo seu poder e sua reprodução. Foi o momento em que as ideologias geradas

---

\*Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHIS/UFRJ), bolsista Capes.

por frações da classe empresarial se fizeram prevalecer, se impuseram e se irradiaram por toda a sociedade. Após 1964, ipesianos ocuparam a administração e as empresas estatais, e as reformaram em direção ao fortalecimento do capitalismo e à consolidação de sua classe. O Estado assumiu a tarefa de atuar para atender às necessidades do capital multinacional e associado através de políticas fiscais e creditícias e garantir a subordinação da classe trabalhadora por meio da repressão política, econômica e social.

Neste sentido, a teoria de Antonio Gramsci sobre o Estado atende ao escopo do trabalho:

“O Estado é certamente concebido como organismo próprio de um grupo, destinado a criar as condições favoráveis à expansão máxima desse grupo, mas este desenvolvimento e esta expansão são concebidos e apresentados como a força motriz de uma expansão universal, de um desenvolvimento de todas as energias ‘nacionais’, isto é o grupo dominante é coordenado concretamente com os interesses gerais dos grupos subordinados e a vida estatal é concebida como uma contínua formação e superação de equilíbrios instáveis entre os interesses do grupo fundamental e os interesses dos grupos subordinados, equilíbrios em que os interesses do grupo dominante prevalecem, mas até um determinado ponto, ou seja, não até o estreito interesse econômico-corporativo” (GRAMSCI, 2000, p.41-42).

A discussão da pesquisa encontra-se na esfera do Estado capitalista. A concepção de Estado capitalista, para o grego Nico Poulantzas, surge a partir das transformações das relações de produção e da divisão social do trabalho capitalistas, que implicaram em modificações no campo da dominação política. É produto da luta de classes, “uma relação, mais exatamente, uma condensação material da relação de conflitos entre classes e frações de classes” (POULANTZAS, 1978, p. 147).

O Estado representa e organiza o interesse político do bloco no poder, que segundo Poulantzas (1978) é formado por várias frações de classe burguesas, provenientes de diferentes modos de produção, presentes na formação social capitalista. A organização se faz sob a hegemonia e direção, nesse bloco, de uma de suas classes ou frações, que está interessada em promover as condições favoráveis à acumulação privada da qual ela depende.

Do ponto de vista da teoria poulantiziana, o Estado não é um dispositivo unitário e homogêneo. Existem contradições entre as frações do bloco no poder, apesar da dominação política. Portanto, o Estado é “um campo e um processo estratégico onde se entrecruzam núcleos e redes de poder que ao mesmo tempo se articulam e apresentam contradições e decalagens um em relação aos outros” (POULANTZAS, 1978, p. 157).

Para atender ao objetivo da pesquisa do doutorado, fiz um levantamento das empresas estatais federais existentes, no período de 1964-1967, bem como dos nomes dos seus presidentes, vice-presidentes, diretores e conselheiros ligados ao IPES. Busquei informações no Arquivo Nacional, na Biblioteca Nacional, na biblioteca da Eletrobrás, nos ministérios, nas empresas ainda existentes, no *Diário Oficial da União*, nos livros, nos jornais da época e na Internet. Com a finalidade de certificar se os dirigentes pertenciam ao IPES, recorri à obra de René Dreifuss, *1964-A conquista do Estado*, que catalogou os associados, parceiros e apoiadores do Instituto. Os documentos do IPES utilizados estão custodiados no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, no fundo correspondente.

O objetivo inicial da pesquisa seria selecionar apenas as empresas estatais dos setores mais dinâmicos da economia, e que tem coerência com a mentalidade do IPES, dinamizar o capitalismo. Mas durante as buscas, encontrei empresas de segmentos menos ativos que têm ipesianos na sua administração, o que mostra uma dinamização ainda maior dos sócios e parceiros do Instituto no Estado. O Estado, no período de 1964-1967, portanto, representou os interesses políticos da burguesia sob a hegemonia de uma de suas frações, o capital multinacional e associado.

Para a presente comunicação me limitarei ao setor financeiro. O governo Castello Branco (1964-1967) tinha como objetivo reordenar a economia, reformar e modernizar o sistema capitalista e criar condições adequadas à expansão do capital. Para tal, as empresas estatais, do referido setor, passaram a desempenhar a função de condutor do desenvolvimento, responsabilizando-se pela infraestrutura e pelo financiamento para ampliar as perspectivas para o capital privado e atender às demandas das camadas alta e média da sociedade.

### **O Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES)**

O IPES (1961-1972) foi uma entidade formada por empresários nacionais e internacionais, tecnoempresários e militares de alta patente, em especial vinculados à Escola Superior de Guerra (ESG), que, com o apoio financeiro do governo norte-americano, buscou constituir uma coesão interna e fortalecer o poder de um grupo hegemônico, o multinacional e associado, através de um domínio moral e intelectual para conspirar e obter o controle da sociedade e assegurar a conquista do Estado.

Antes de avançar nas análises, é necessário esclarecer que os civis eram empresários, banqueiros e tecnoempresários, profissionais de diversas áreas, que atuavam em cargos de diretoria, em diferentes empresas privadas nacionais e internacionais, os quais proporcionaram total apoio político e exerceram pressões na conspiração por meio de suas posições.

O termo tecnoempresário foi cunhado por René Dreifuss (2006) para designar o conjunto de escritórios especializados em serviços técnicos de engenharia, consultoria tecnójurídica e técnico-administrativa, constituindo-se como agências privadas de consultoria tecnoempresarial prestadora de serviços tanto para empresas particulares quanto para órgãos estatais.

O IPES se declarou uma “entidade apolítica”<sup>2</sup> e se auto definiu como “Estado-Maior”<sup>3</sup>. No seu Estatuto<sup>4</sup>, o Instituto se apresenta como uma “sociedade civil sem fins lucrativos, de caráter filantrópico e com intuítos educacionais, sociológicos e cívicos”. Pretendia o “fortalecimento do regime democrático do Brasil” por meio de uma ação que consistia em estudar os problemas brasileiros e apresentar soluções.

Mas ocultou seus verdadeiros propósitos: manipular a opinião pública para expandir sua capacidade de influência sobre a sociedade com o objetivo de desestabilizar e depor o presidente João Goulart (1961-1964) para, assim, obter o controle do Estado. Era, enfim, um órgão privado de hegemonia.

Para tal fim, o IPES, organizou uma ação política, por meio de uma rica e sofisticada campanha ideológica, para derrubar o governo e modificar o regime político. Simultaneamente, como tática defensiva e ofensiva, e já pensando em um novo Estado, formulou e difundiu projetos de governo e anteprojetos de reformas de base para salvaguardar e consolidar suas posições na direção política e ideológica da sociedade.

Para serem mais abrangentes no seu propósito de desestabilizar o governo Goulart, os ipesianos se articularam com políticos para bloquearem medidas e terem seus anteprojetos aprovados. O banqueiro Jorge Oscar de Mello Flores foi o responsável por fazer uma “assessoria forte e eficiente em Brasília” e acompanhar as atividades legislativas. Atuou no Senado e na Câmara para obter informes autênticos para melhor prejudicar os rumos da

---

<sup>2</sup> Documento do IPES: O que é o IPES, p. 2, s/d.

<sup>3</sup> Ata do IPES da Reunião Conjunta Rio/SP de 03.04.64.

<sup>4</sup> Estatutos do IPES, 1963.



política governamental e para buscar apoio dos parlamentares para os seus projetos.<sup>5</sup> Segundo o engenheiro e líder do IPES, Glycon de Paiva Teixeira, o Instituto “subvencionará e Flores agirá”.<sup>6</sup>

Com o golpe de Estado, em 1º de abril de 1964, foi implantada uma ditadura que estava a serviço do grande capital. A composição militar-empresarial controlou em definitivo as rédeas da máquina gerencial-estatal “erigindo um formidável aparato de Estado para sustentar seu monopólio do poder” (ALVES, 2005, p. 31). Grande quantidade de associados e parceiros do IPES ocupou cargos determinantes nos ministérios<sup>7</sup>, na estrutura administrativa, nas autarquias, nas empresas estatais, nas de economia mista e nas fundações.

O domínio, o poder e a liberdade de ação dos ipesianos na estrutura do Estado foram de tamanha grandeza que perpassaram por distintos setores e cargos, e, em alguns casos, acumularam diferentes funções; além de nomearem e indicarem pessoas provenientes de sua rede de conhecimento, que estavam imbuídos do mesmo objetivo, para diversas direções administrativas. Segundo Poulantzas,

O Estado burguês lhe permite funcionar por deslocamentos e substituições sucessivas, dando condições para o deslocamento do poder da burguesia de um aparelho para outro: o Estado não é um bloco monolítico, mas um campo estratégico (POULANTZAS, 1978, p. 160).

O bloco no poder, isto é, a fração de classe liderada pelo IPES, não se estabeleceu apenas no aparelho dominante, mas também em todos os aparelhos do Estado, tornando-se a sede privilegiada dos interesses hegemônicos. O Estado, portanto, expressou a supremacia e unidade do Instituto e passou a ter uma autonomia “relativa”, que conforme Poulantzas (1978), “reorganiza a hegemonia e o bloco de poder”.

---

<sup>5</sup> Ata do IPES Comitê Executivo de 08.04.63.

<sup>6</sup> Ata do IPES Comitê Executivo Rio/SP de 22.01.63.

<sup>7</sup> Uma lista completa dos quadros de ipesianos que exerceram postos de comando no governo Castelo Branco encontra-se em René Armand Dreifuss, *1964 - A conquista do Estado*. A título de exemplificação, podem-se citar alguns Ministérios ocupados por sócios e parceiros do IPES: Ministério da Saúde – Raimundo de Moura Brito; Ministério da Educação Flávio Suplicy de Lacerda, Pedro Aleixo, Raymundo Augusto de Castro Moniz de Aragão; Ministério da Justiça e Negócios Interiores – Milton Campos, Juracy Montenegro Magalhães e Men de Sá; Ministério das Minas e Energia – Mauro Thibau; Ministério da Ind. e Comércio – Daniel Agostinho Faraco e Paulo Egídio Martins; Ministério da Agricultura – Oscar Thompson Filho, Nei Aminthas de Barros Braga e Severo Fagundes Gomes; Ministério da Fazenda – Octávio Gouvêa Bulhões; Ministério do Planejamento – Roberto de Oliveira Campos; Ministério do Trabalho e Previdência Social – Arnaldo Sussekind e Luiz Gonzaga do Nascimento e Silva etc.

Nas suas funções, os ipesianos criaram políticas públicas; implantaram reformas, a maioria concebida pelo IPES no período de 1961-1964;<sup>8</sup> intervieram na economia; estimularam a iniciativa privada; incitaram o capitalismo atrelado ao capital internacional; criaram mecanismos para reprimir quaisquer ameaças de oposições operárias ou populares e transformaram, enfim, o Estado econômica, política e socialmente, em um instrumento exclusivo do poder burguês.

### **Os empresários na direção das empresas estatais federais**

Como já discutido, a predominância dos associados e colaboradores do IPES em posições chaves do governo não se deu só na administração direta; ocuparam, também, a direção de diversas empresas estatais federais, de economia mista, de autarquias e de fundações. Com isto, o Instituto ficou enraizado no aparelho do Estado, assegurando o seu poder econômico e político.

Os objetivos imediatos do primeiro governo ditatorial consistiam em reprimir e expurgar as pessoas politicamente ligadas ao governo de Goulart e em se legitimar através de inúmeros Decretos-Lei e Atos Institucionais, que formaram a estrutura do Estado.

Com os expurgos, militares e civis, que haviam contribuído para os trabalhos do IPES no sentido de derrubar Goulart, ocuparam os cargos mais importantes e determinantes nas empresas estatais. As empresas tornaram-se uma arena privilegiada dos interesses das frações integrantes do bloco no poder.

As empresas estatais expandiram sua atuação para manter a política de crescimento econômico e atender, fundamentalmente, às corporações multinacionais. Estavam concentradas na produção de bens intermediários, infraestrutura e serviços, indo da produção de aço à agricultura, energia elétrica, extração, refinação e distribuição de petróleo, produtos petroquímicos.

Para melhor entender a relação das empresas e seus dirigentes, é preciso elucidar alguns pontos. Na tabela só foram disponibilizados os administradores ligados ao IPES. Com

---

<sup>8</sup> Minha dissertação de mestrado intitulada *A participação do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) na construção da reforma administrativa na ditadura civil-militar (1964-1968)* mostra a criação da Reforma Administrativa a partir do anteprojeto de reforma administrativa do IPES.

relação ao tipo de empresa e ao ministério a que era vinculada, foram usados a classificação e o vínculo ministerial empregado naquela época, já que, posteriormente, alguns foram alterados. Da mesma forma, as datas de existência foram registradas enquanto eram empresas estatais, visto que, antes algumas eram privadas, ou retornaram, depois, a esta condição. Com relação ao tempo de atuação de cada dirigente, é pertinente destacar que, em função da dificuldade em conseguir as datas precisas de posse e saída, fundamentalmente das empresas que não existem mais, indiquei a data do período estudado, 1964-1967. Pode acontecer de algum administrador ter entrado anteriormente ou ter saído depois.

### **Setor financeiro**

O sistema financeiro de um país é formado por um conjunto de instituições que criam e controlam medidas que dizem respeito à circulação da moeda e do crédito. Têm, ainda, as funções de supervisionar o funcionamento de todas as instituições ligadas às atividades econômicas; administrar a canalização da poupança para o investimento no mercado financeiro, através da compra e venda de produtos financeiros; e intermediar os agentes econômicos.

Determinantes em assuntos econômicos do Estado, as empresas do setor financeiro foram controladas por ipesianos que criaram mudanças e normas em benefício de sua classe.

A equipe econômica do governo de Castello Branco, liderada pelos ipesianos Roberto Campos e Octávio Gouveia de Bulhões, ambos com grande trânsito na comunidade empresarial e financeira, fez uma reforma bancária para criar mecanismos que aumentassem a capacidade de captação de recursos e atendessem ao novo padrão de acumulação que exigia a centralização de volumes de capital para financiamentos. A reforma, portanto, “foi a chave na conformação de um esquema de financiamento congruente com a nova estrutura e propriedade do Capital” (BRISO NETO, 2008, p. 57).

A Reforma implantada foi inspirada no anteprojeto de Reforma Bancária criado pelo IPES. Para a elaboração do anteprojeto, o Instituto contou com a participação de banqueiros, pois, segundo o ipesiano Glycon de Paiva Teixeira, “eles queriam estar presentes e defender seus interesses.”<sup>9</sup>

---

<sup>9</sup> Ata do IPES Comitê Diretor, de 03.04.62.

O sistema financeiro foi constituído pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), Banco Central do Brasil (BCB), Banco do Brasil (BB), Caixa Econômica Federal (CEF), Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC), Banco de Crédito da Amazônia (BCA), Banco Nacional de Habitação (BNH) e Banco do Nordeste do Brasil (BNB).

A lei nº 4.595/1964 transformou a Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC) em Banco Central do Brasil (BCB), e o seu antigo Conselho em Conselho Monetário Nacional (CMN). O BCB foi criado com as mesmas funções outorgadas ao Banco do Brasil (BB), em 1945, como “agente executivo das decisões do Conselho da SUMOC”.

Anteriormente, o BB e a SUMOC exerciam diversas funções típicas de BC. Com a necessidade de aprimorar o controle do crédito no Brasil, começou-se a pensar, em 1931, com a visita do diretor do Banco Central da Inglaterra, Otto Niemeyer, na criação de um BC. Depois de várias tentativas, em 1964 foi criada uma comissão extraparlamentar, formada por ipesianos,<sup>10</sup> para desenvolver um anteprojeto para a criação do BC. Em 31 de dezembro de 1964, foi promulgada a Lei 4.595 que estabeleceu o BC, que passou a ter a competência de três instituições: SUMOC, BB e Tesouro Nacional (BRISO NETO, 2008).

O BB, apesar de ter tido suas funções restringidas, não perdeu todas as atribuições de autoridade monetária que lhe competiam. Cabia-lhe, além das funções normais de financiamento ao comércio, à indústria e à agricultura, as funções de adquirir e financiar estoques de produção exportável; executar as políticas de preços mínimos dos produtos agropecuários; administrar o serviço da dívida pública consolidada; arrecadar os depósitos voluntários de instituições financeiras e prestar os serviços de “câmara de compensação de cheques”.

O BNDE teve suas aplicações reorientadas para o setor privado. Para tal, constituiu fundos específicos de financiamento para a indústria de transformação, tais como o Fundo Tecnológico (FUNTEC), a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), o Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais (FINAME) e o Financiamento à Pequena e Média Empresa (FIPEME). O Banco de Crédito da Amazônia passou a operar no

---

<sup>10</sup> Octávio Gouvêa de Bulhões, Dênio Nogueira, Jorge Oscar de Mello Flores (ex-Presidente do Sindicato dos Bancos do Estado da Guanabara), Orlandy Rubem Correia (ex-Diretor do BB, Diretor do Banco Português e ex-Presidente do Sindicato dos Bancos do Estado da Guanabara), João Úrsulo Ribeiro Coutinho Filho (Deputado Federal pela UDN, proprietário do Banco Aliança e membro da Diretoria do Sindicato dos Bancos do Estado da Guanabara) e Hélio Vianna (Inspetor de Bancos da SUMOC e membro da Federação das Indústrias do Estado da Guanabara - FIEGA).



financiamento de projetos da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e o Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC) a fornecer créditos aos cooperados rurais.

Por fim, o BNH tinha como objetivos “estimular a construção de habitações de interesse social e o financiamento da aquisição da casa própria, especialmente pelas classes sociais de menor renda.”<sup>11</sup> Foi criado pela Lei nº 4.380, a partir de um projeto da empresária e parceira do IPES Sandra Martins Cavalcante. Em 1966, foi instituído o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), inspirado em um projeto também preparado por uma equipe do IPES.<sup>12</sup> O FGTS, que acabou com a estabilidade de que o trabalhador desfrutava após dez anos de serviço, foi canalizado para o BNH. A parceria FGTS/BNH “apoiou o grande surto da construção civil” (GORENDER, 1982, p. 103), que beneficiou os empresários do ramo.

A tabela a seguir mostra as empresas estatais do setor financeiro e os seus respectivos dirigentes ipesianos.

NOME	VÍNCULO ÓRGÃO	PRESIDENTE	DIRETOR	CONSELHEIRO
Superint.da Moeda e do Crédito (SUMOC) - 1945-1965- Autarquia	Ministério da Fazenda Octávio Gouveia de Bulhões (1964-67)	Octávio Gouvêa de Bulhões Vice-presidente: Luis de Moraes Barros	Dênio Chagas Nogueira Casimiro Antônio Ribeiro; Luiz Biolchini; Aldo Baptista Franco da Silva Santos; Daniel Faraco; Roberto de O. Campos; João Gonçalves de Souza; José Garrido Torres (1964-65)	
Banco Central do Brasil (BCB) -1964- Autarquia	Ministério da Fazenda Octávio Gouveia de Bulhões (1964-67)	Dênio Chagas Nogueira (1965-67)	Casimiro Antônio Ribeiro (1965-67); Luiz Biolchini (1965-66); Aldo Baptista Franco da Silva Santos (1965-67); Antonio Abreu Coutinho (1965-67); Germano de Brito Lyra (1965-67)	

<sup>11</sup> Lei nº 4 380/64 de 21 de agosto de 1964.

<sup>12</sup> Formado por João Baylongue, José Duvivier Goulart e José Marques, os militares Heitor de Almeida Herrera e Francisco César Cardoso Mangliano. Segundo Roberto Campos (1994), o FGTS foi criado por um Grupo de Trabalho formado por ele e por Luiz Gonzaga do Nascimento e Silva (IPES - presidente do BNH e depois ministro do Trabalho), Mário Trindade (IPES - diretor do BNH), que foi auxiliado por João Lyra Madeira (IBGE), José Américo Peón de Sá (IRB) e pelos advogados Hamilton Nogueira Filho e Edgar Porto Ramos. Dreifuss (2006) acrescenta que ainda faziam parte da equipe Mário Henrique Simonsen, contribuinte e parceiro do IPES, José Américo León de Sá (Banco Bozzano Simonsen, de propriedade de Mário Henrique Simonsen), o também os ipesianos empresários Moacyr Gomes de Almeida (Gomes de Almeida Imóveis) e Jayme da Silva Menezes (Delphos Tecnologia em Seguros).

Conselho Monetário Nacional (CMN) - 1964	Banco Central do Brasil	Octávio Gouveia de Bulhões (1964-67)	Roberto de O. Campos (1964-67); Luiz de Moraes Barros (1964-67); José Garrido Torres (1964-67); Daniel Agostinho Faraco (1964-66); Paulo Egydio Martins (1966-67)	
Banco Nacional de Desenv. Econômico (BNDE) - 1952-Autarquia	Ministério da Fazenda Octávio Gouveia de Bulhões (1964-67)	José Garrido Torres (1964-67)	Genival de Almeida Santos (1964-65); Alberto do Amaral Osório (1964-67); Antonio Carlos Pimentel Lobo (1966-67); Jayme Magrassi de Sá (1964-67); Hélio Schlitter Silva (1964-67)	Alberto do Amaral Osório (1964); Sebastião Sant'Ana e Silva (1964); Álvaro Gonçalo (1965-66); Americano de O. e Souza (1960-68); Edmundo Falcão da Silva (1964-67); Luiz Alberto Bahia (1963-66); Raul Fontes Cotia (1957-70); Antonio Bastos (1966-72)
Fundo Tecnológico (FUNTEC) - 1963	BNDE	Antonio Carlos P. Lobo (1965); Hélio Schlittler Silva (1966); Jayme Magrassi de Sá (1967)		
Financiadora de Est. e Projetos (FINEP) - 1965-Empresa pública	BNDE	Francisco Manoel de Mello Franco (1967-71)		
Financ. à Peq. e Média Empresa (FIPEME) - 1965 - Empresa pública	BNDE	Hélio Schlitter Silva (1964-67)	Jayme Magrassi de Sá (1965)	
Fundo de Financ. para Aquisição de Máq. e Equip. Industrial - (FINAME) - 1964 -Empresa pública	BNDE	José Garrido Torres (1964-67)	Genival de Almeida Santos (1966); Alberto Amaral Osório (1966-67); Ary Burger (1966-67); Justo Pinheiro da Fonseca (1966-67); José Luiz Moreira de Souza (1966-67); Edmundo Falcão da Silva (1966-67); Einar Alberto Kok (1966-67)	
Dep. Nac. de Seg. Privados e Capitalização (DNSPC) - 1934-66-Autarquia	Ministério da Fazenda Octávio Gouveia de Bulhões (1964-67)		José Cândido Almeida dos Reis (1964); Américo Matheus Florentino (1965)	

Banco Nacional de Habitação (BNH) - 1964-89-Autarquia	Ministério da Fazenda Octávio Gouveia de Bulhões (1964-67)	Sandra Cavalcanti (1964-65); vice-presidente Carlos Eduardo Paladini Cardoso (1964-65); Luiz Gonzaga do Nascimento (1965-66); Mário Trindade (1966-71)	Arnaldo Walter Blank (1965); José Eduardo de Oliveira Penna (1966-69); Maércio Lemos de Azevedo (1965); Fernando Machado Portela (1965); Hélio Beltrão (1965); Mário Trindade (1965)	Fernando Machado Portela (1966-74); Paulo Accioly de Sá (1964-66); Henrique Capper Alves de Souza (1965); João Fortes (1964-79); Nylton Velloso (1964-74); Mário Henrique Simonsen (1965-74)
Banco Nac. de Crédito Cooperativo (BNCC) - 1951			José Amanajás Tocantins (1965-66)	
Caixa Econômica Federal (CEF)- Empresa pública	Ministério da Fazenda Octávio Gouveia de Bulhões (1964-67)		Projeto de Martinho Prado Uchoa, Plínio de Queiroz, Alcides da Costa Vidigal e Herbert Levi	Arnaldo Walter Blank (CEF Rio) (1964-65); Joviano Rodrigues Moraes Jardim (1965)
Banco de Crédito da Borracha Banco da Amazônia S/A (1966) (BASA) -Economia mista	Min. da Justiça e Neg. Interiores Milton Campos (1964-65); Luis Viana Fº (1965); Juracy Magalhães (1965-66); Mem de A. Sá (1966); Luis Viana Fº (1966); Carlos Medeiros Silva (1966-67)		Nelson de Figueiredo Ribeiro (1964)	
Banco do Brasil S/A (BB) - 1808 - Economia mista	Ministério da Fazenda Octávio Gouveia de Bulhões (1964-67)	Arnaldo Walter Blank (1964); Luiz de Moraes Barros (1964-67)	Aldo Baptista Franco da Silva Santos (1965-66); Casimiro Antonio Ribeiro (1964-65); Ernane Galveas (1966-67); Genival de Almeida Santos (1967); Hugo de Araújo Faria (1964); Juvenal Osório Gomes (1964); Luiz Biolchini (1965-66); Nestor Jost 1961-67); Paulo Konder Bornhausen (1965-67); Severo Fagundes Gomes (1965-66); Claudio Pacheco Brasil (1964)	

Fonte: Tabela feita pela autora

Com a criação do BCB, em 1965, os dirigentes da extinta SUMOC passam a compor a estrutura da nova autarquia. O economista Dênio Chagas Nogueira, que atuou no IPES-Rio e participou ativamente na conspiração para derrubar Goulart, tornou-se presidente do BCB e membro do CMN. Na sua administração, foram aplicadas “medidas que beneficiaram os

setores exportadores e associados da economia (com a desvalorização do cambio, facilitando a exportação e os investimentos internos) e o grande capital (com a restrição ao crédito)” (TEIXEIRA, 2011, p. 113). O empresário Casimiro Antonio Ribeiro assumiu a Carteira de Redesconto do BB e foi membro do CMN. Ao deixar o posto, atuou como diretor do BCB até 1967. O tecnoempresário Aldo Baptista Franco da Silva Santos, ocupou, simultaneamente, os cargos de diretor do BCB e do BB e membro do CMN.

O banqueiro Luis de Moraes Barros<sup>13</sup> (Banco Sul Americano) foi presidente do BB e diretor do CMN. O CMN ainda tinha como membros os seguintes ipesianos: o empresário Gastão Eduardo de Bueno Vidigal (1965-1973), Luiz Biolchini (1965-1966), Antonio de Abreu Coutinho (1966-1967), Ruy de Castro Magalhães (1965-1972), Antonio Delfim Neto (1965), José Bonifácio Coutinho Nogueira (1965) e Obregon de Carvalho (1965).

O vice-presidente do Banco Aliança do Rio de Janeiro, Genival de Almeida Santos, acumulou três funções no mesmo período: diretor do BNDE, do FINAME e do BB. Alberto do Amaral Osório, parente do ipesiano Antonio Carlos do Amaral Osório, foi diretor e membro do BNDE e diretor do FINAME. Antonio Carlos Pimentel Lobo tornou-se o primeiro presidente do FUNTEC, posteriormente diretor do BNDE. O diretor do Banco da Bahia, Jayme Magrassi de Sá, virou, primeiramente, diretor do BNDE e, na sequência, presidente do FUNTEC. Hélio Schlitter Silva, da mesma forma, passou pelas duas posições. Edmundo Falcão da Silva teve o cargo de conselheiro do BNDE e de diretor do FINAME. José Garrido Torres, líder do IPES-Rio, exerceu, ao mesmo tempo, três funções: diretor do BNDE e do CMN e presidente do FINAME.

Arnaldo Walter Blank foi presidente do BNH, diretor do BNH e conselheiro da CEF-Rio. Após a saída de Sandra Cavalcanti da presidência do BNH, as Caixas Econômicas entraram no Sistema Financeiro da Habitação. No BNH, o empresariado financeiro e do setor imobiliário foi incorporado em posições decisórias. O banqueiro Fernando Machado Portela (Banco Boa Vista) atuou na direção e, posteriormente, no conselho. O financista, proprietário da ECONOMISA -Economia Crédito Imobiliário S/A, Nylton Velloso e o banqueiro Mário Henrique Simonsen foram conselheiros.

Os demais ipesianos disponibilizados na tabela não perpassaram por outras empresas no setor financeiro, mas alguns dirigiram empresas estatais em diferentes setores, ainda no

---

<sup>13</sup> Na sua gestão foi criada no Banco do Brasil uma Comissão de Inquérito com objetivo de apurar a participação política de funcionários e diretores, transferindo todos ligados a sindicatos e partidos políticos de esquerda para cidades do interior (Cf. Alzira Alves de ABREU *et al* (Coords). Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro-Pós-1930. Rio de Janeiro: CPDOC, 2000. In <<http://cpdoc.fgv.br>>. Acesso em 15/07/2015).



período de 1964-1967. Luiz Gonzaga do Nascimento e Silva assumiu a presidência do BNH e, nos anos 1966 e 1967, foi ministro do Trabalho. João Gonçalves de Souza adquiriu a presidência da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), entre 1964-1966, depois da indicação pelo ministro do Planejamento, o ipesiano Roberto Campos. Daniel Agostinho Faraco, além de diretor da CMN, assumiu o Ministério da Indústria e do Comércio (1964-1966), “quando deu prioridade à aprovação dos grandes projetos mineradores privados” (ABREU, 2010).

Paulo Accioly de Sá esteve na presidência do Instituto Nacional de Pesos e Medidas (INPM), de 1962 a 1968. Mário Trindade atuou como diretor da Companhia Siderúrgica Paulista, em 1964. Proprietário da maior fazenda produtora de leite do país, Severo Fagundes Gomes, diretor da Carteira de Crédito Agrícola do Banco do Brasil, no cargo reformulou as diretrizes do Banco com relação ao crédito agrícola. No período de 1966-1967 assumiu a pasta da Agricultura.

A presença de ipesianos na estrutura do Estado, ligados uns aos outros, sugere usarem sua influência para auxiliarem sua classe. Um caso emblemático foi o do diretor do Banco do Brasil, Nestor Jost.

Jost, em 1961, foi nomeado pelo presidente Juscelino Kubitschek diretor da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial (CREAI) do BB, função que desempenhou até 1967. No posto, ampliou o acesso e facilidades de concessão de crédito agrícola e industrial, sobretudo ao setor agropecuário, e promoveu a simplificação das formalidades para a obtenção de financiamentos. Em 1967, substituindo o banqueiro Luis de Moraes Barros, foi nomeado para a presidência do Banco.

Em janeiro de 1965, Nestor Jost foi investigado pelo Conselho de Segurança Nacional (CSN) por irregularidades na concessão de empréstimos de favor “contra pareceres técnicos e critérios de instruções vigentes”, no exercício de sua função. Para clientes sem direito a crédito, concedeu o total de Cr\$ 846,7 milhões, e para clientes com créditos superiores aos regulamentares outorgou Cr\$ 926,6 milhões.<sup>14</sup>

No ofício do CSN constam 119 empresas beneficiadas, dentre elas algumas que contribuíram para o IPES. A Química e Farmacêutica Mauricio Villela S/A, de propriedade de Mauricio Libanio Villela, associado do IPES-Rio, fez uma proposta de empréstimo junto ao

---

<sup>14</sup> Presidência da República – Conselho de Segurança Nacional. Ofício nº 001/GAB/3001/64 de 02/01/65. Do Cel. Chefe do gabinete da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional para Gen. Secretário-Geral do CSN – Chefe do Gabinete Militar.

BB de 30 milhões, e, conforme os critérios e instruções vigentes, foram deferidos 27,5 milhões, mas o diretor do Banco aprovou a quantia solicitada.

A Braseixos Rockwell S.A. instou 30 milhões; apesar de recusado, Jost abonou o valor solicitado. A Cobrasma S.A. Indústria e Comércio, da qual a Braseixos era subsidiária, foi fundada, em 1944, por Gastão Eduardo Bueno Vidigal, líder do IPES-SP e membro do CMN, no período de 1965-1973. A Braseixos foi uma *joint venture* com a North American Rockwell, cujo proprietário, David Willard Rockwells, tinha 50% da empresa brasileira. Luiz Eulálio Bueno Vidigal, filho de Gastão Vidigal, tomou a frente das empresas.

A Paraopeba Industrial S.A. teve concedidos 20 milhões de empréstimo, mesmo tendo sido aprovados apenas 15 milhões. Em 1964, Luiz Antonio Gonzaga e Caetano Nascimento, da Paraopeba, participaram de uma reunião de conspiração organizada pelo general José Luis Guedes (DREIFUSS, 2006).

A Usabra Indústria e Comércio S/A, da mesma forma, solicitou Cr\$ 54.854,40, teve deferidos 7 milhões, mas foram liberados 15 milhões de empréstimo, e a Produtos Farmacêuticos Vicente Amato Usafarma S.A. requereu 50 milhões, que lhes foram recusados, mas teve aprovados 18 milhões. Segundo Dreifuss (2006), ambas as empresas contribuíram para o IPES através do Centro Industrial do Rio de Janeiro, que constituía uma das mais importantes fontes financeiras da entidade.

A empresa Cia Swift do Brasil recebeu 200 milhões de empréstimo, depois de solicitar 1 milhão e ser indeferido. Conforme Dreifuss (2006), Richard John Dolan e Francis Lansdale Hebert, da Swift, eram membros ativos do American Chamber of Commerce, um dos focos de pressão política onde predominavam os interesses do capital multinacional e associado.

A Indústria Romi S/A pertenceu à Associação Brasileira para o Desenvolvimento de Indústrias de Base (ABDIB), que tinha como objetivo “orientar o planejamento e distribuição de serviços para as indústrias associadas através de contatos com os poderes estatais e empresas estrangeiras” (DREIFUSS, 2006, p. 107-108). A ABDIB fez parte do Grupo Executivo da Indústria Mecânica (GEIMAPE), estabelecendo-se como uma associação de classe dentro do aparelho do Estado (DREIFUSS, 2006). Em 1965, o Grupo passou a chamar-se GEIMEC, e teve o ipesiano Alberto Tangari como secretário executivo. A Romi pediu 500 milhões de empréstimo, valor este que foi indeferido, mas Jost liberou 100 milhões.

## **Conclusão**

A comunicação procurou demonstrar que, após-1964, frações da classe empresarial e militares, parceiros ou associados do IPES, assumiram o controle do novo Estado e dinamizaram o capitalismo brasileiro. Tal ocupação lhes deu autonomia para perpassarem por setores e funções de maior interesse na administração, decidirem sobre a sua composição e influenciarem o aparelho do Estado, preservando seus interesses em detrimento da classe dominada.

Sem dúvidas, o setor financeiro, um dos mais importante e determinante em assuntos econômicos do Estado, teve a presença maciça de associados e parceiros do IPES nas suas instituições, com exceção apenas do Banco do Nordeste do Brasil. Nas suas funções asseguraram normas de políticas adequadas aos seus ideais e interesses, já que uma grande parte era composta por proprietários e diretores de bancos particulares, como também acionistas e diretores de corporações industriais. Portanto, a atuação dos ipesianos no interior do Estado favoreceu o predomínio dos grupos monopolistas por meio do controle das atividades dos governantes.

Na análise da trajetória profissional da maioria dos empresários, que ocupou cargos nas empresas estatais financeira, é possível observar que estava executando simultaneamente atividade de direção em empresas privadas, como também imediatamente ao deixar seu posto público começa a atuar ou retorna para cargo no setor privado, o que sugere o vínculo com o grande capital.

## Referências

ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>>. Acesso em: 15/07/2015.

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil 1964-1985*. 2. ed. Bauru: EDUSC, 2005.

BRISO Neto, Joaquim Luiz Pereira. *O conservadorismo em construção: o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e as reformas de financeiras da ditadura militar (1961-1966)*. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual de Campinas, 2008.

CAMPOS, Roberto. *A lanterna na popa. Memórias*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1994

DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2006.

GORENDER, Jacob. *A burguesia brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a Política, vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

POULANTZAS, Nico. *O Estado, o poder, o socialismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

STARLING, Heloisa Maria Murgel. *Os senhores das Gerais. Os novos inconfidentes e o golpe de 1964*. Petrópolis: Vozes, 1986.